

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

| |
|----------------------|
| Expeça - se |
| Publique - se |
| |
| O Secretário da Mesa |

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

No passado dia 16 de janeiro de 2015, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República o Requerimento n.º 80/XII, a solicitar a entrega do Caderno de Encargos da TAP entregue ao Governo pelos assessores financeiros do processo de privatização, o Relatório de Avaliação financeira da TAP (já solicitado pelo PCP em Setembro, sem resposta do Governo até agora) e o Relatório de Reavaliação financeira da TAP, encomendada à Deloitte e à PwC.

Entretanto, no passado dia 11 de junho, o Governo anunciou a venda de 61% da TAP ao consórcio Gateway. De acordo com o Governo a proposta da Gateway seria a que melhor garantia o reforço da capacidade económico-financeira e o projeto estratégico, os critérios de avaliação, juntamente com o preço, previstos no caderno de encargos.

Nos últimos dias tem sido publicado em diversos órgãos de comunicação social diferentes referências a termos da proposta da Gateway e do acordo estabelecido com o Governo. Apesar das muitas insistências do PCP para aceder à documentação e informações que consubstanciavam o processo de privatização da TAP, o Governo sempre alegou questões de segredo comercial para negar o seu acesso à Assembleia da República. O PCP considera um desrespeito para com a Assembleia da República, Órgão de Soberania da República, e defende que, tal como nos restantes processos de privatização, os deputados devem poder aceder a todos os documentos que envolvam compromissos com o Estado Português com entidades privadas, nomeadamente com empresas, consórcios ou grupos económicos.

No sentido de melhor compreender e conhecer os compromissos e consequências da opção política de privatizar a TAP, o PCP considera urgente a disponibilização e a divulgação pública de todos os documentos que fazem parte do processo de privatização da TAP a decorrer, cuja assinatura do contrato de venda da TAP à Gateway estará agendado para o próximo dia 24 de junho, segundo foi anunciado pelo próprio Governo.

Assim, ao abrigo da alínea e) do artigo 156.º da constituição da República Portuguesa e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, vimos requerer ao Governo que, com caráter de urgência, nos sejam facultadas cópias dos seguintes documentos:

1. Caderno de Encargos da Privatização da TAP aprovado pelo Conselho de Ministros em 15 de janeiro de 2015;
2. Relatório de Avaliação da TAP entregue ao Governo pelos assessores financeiros do processo de privatização;
3. Relatório de Reavaliação financeira da TAP, encomendada à Deloitte e à PwC;
4. Proposta final da Gateway e documentação que consubstancia os termos do acordo estabelecido entre o Governo e a Gateway para venda de 61% da TAP.

Palácio de São Bento, sexta-feira, 26 de Junho de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)